

## **Anexo da Resolução nº 002/2006/CSMP, de 5 de outubro de 2006.**

### **Conteúdo Programático do Concurso de Ingresso na Carreira do Ministério Público.**

#### **I – LÍNGUA PORTUGUESA**

1. Ortografia.
2. Acentuação gráfica.
3. Morfologia.
  - 3.1. Classes gramaticais ou classes de palavras e suas flexões.
4. Sintaxe.
  - 4.1. Pontuação.
  - 4.2. Regências verbal e nominal.
  - 4.3. Crase.
  - 4.4. Concordâncias verbal e nominal.
  - 4.5. Colocação pronominal.
5. Interpretação de texto.
6. Redação.
  - 6.1. A prova de redação avaliará a capacidade de análise e reflexão para a produção de um texto dissertativo, por meio de um tema proposto.
  - 6.2. Serão observados, ainda, os seguintes critérios:
    - 6.2.1. Adequação ao tema;
    - 6.2.2. Aspectos estruturais de dissertação;
    - 6.2.3. Correção gramatical; e
    - 6.2.4. Clareza e concisão.

#### **II – DIREITO CONSTITUCIONAL**

1. Conceito, classificação, objeto e elementos das Constituições.
2. Dos Princípios Fundamentais.
3. Direitos e Garantias Fundamentais.
4. Da Organização do Estado.
5. Da Organização dos Poderes.
6. Do Ministério Público.
7. Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas.
8. Da Tributação e do Orçamento.
9. Da Ordem Econômica e Financeira.
10. Da Ordem Social.
11. Das Disposições Constitucionais Gerais.
12. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
13. Controle de Constitucionalidade das Leis.

#### **III – DIREITO PENAL**

1. Conceito e características do Direito Penal. Histórico do Direito Penal Brasileiro.
2. Das garantias penais fundamentais da Constituição Federal e dos princípios constitucionais do Direito Penal.
3. Da Interpretação e aplicação da Lei Penal. Âmbito de eficácia temporal e espacial. Interpretação da lei penal: conceito, necessidade e métodos. A analogia.
4. Conceito de Crime. Classificações. Fato Típico. Antijuridicidade. Culpabilidade. Sujeito

Ativo e Passivo. Objeto Jurídico. Objeto Material.

5. Crime e Relação de Causalidade. Crime Consumado. Tentativa. Crime Impossível. Arrependimento Eficaz.
6. Crime Doloso. Crime Culposo. Erro de Tipo. Erro Sobre a Ilícitude do Fato. Coação Irresistível e Obediência Hierárquica.
7. Causas de Exclusão da Ilícitude. Imputabilidade. Causas Supralegais de Exclusão da Ilícitude e da Culpabilidade.
8. Concurso de Pessoas. Autoria. Co-Autoria. Participação. Associação Criminosa. Organização Criminosa.
9. Penas. Espécies. Aplicação. Circunstâncias Judiciais. Agravantes e Atenuantes. Causas de Aumento e de Diminuição. Cálculo da Pena. Reincidência. Da execução da pena.
10. Concurso de Crimes. Concurso Material. Concurso Formal. Crime Continuado. Concurso Aparente de Normas.
11. Causas de Extinção da Punibilidade.
12. Regimes Prisionais. Penas Substitutivas. Suspensão Condicional da Pena. Livramento Condicional. Medidas de Segurança. Efeitos da Condenação. Reabilitação.
13. Crimes contra a Pessoa. Crimes contra o Patrimônio.
14. Crimes contra o costume. Crimes contra a família.
15. Crimes contra a Fé Pública. Crimes contra a Administração Pública. Crimes contra as finanças públicas.
16. Crimes praticados por meio da Imprensa (Lei nº 5.250/67). Contravenções Penais (Decreto-Lei nº 3.688/41). Crimes previstos na Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93).
17. Crimes de Abuso de Autoridade (Lei nº 4.898/65). Crimes de Responsabilidade de Prefeitos e Vereadores (Decreto-Lei nº 201/67). Crimes de preconceito de raça ou de cor (Lei nº 7.716/89).
18. Crimes Hediondos (Lei nº 8.072/90). Crimes de Tortura (Lei nº 9.455/97). Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Entorpecentes (Lei nº 11.343/2006).
19. Crimes de adulteração de combustível ou venda de combustível adulterado (Lei nº 8.176/91). Lei da violência doméstica e familiar (Lei nº 11.340/2006).
20. Crimes contra a Ordem Tributária, Econômica e as Relações de Consumo (Lei nº 8.137/90). Crimes Previstos no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90).
21. Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores (Lei nº 9.613/98). Organizações criminosas (Lei nº 9.034/95).
22. Crimes contra a criança e os adolescentes (Lei nº 8.069/90). Estatuto do Idoso: dos crimes em espécie (Lei nº 10.741/2003).
23. Crimes eleitorais (Leis nº 4.737/65, 6.091/74 e 7.021/82). Crimes de Trânsito (Lei nº 9.503/97). Crimes contra o meio ambiente (Lei nº 9.605/98).
24. Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003). Crimes falimentares (Lei nº 11.101/2005).
25. Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais (Leis nº 9.099/95 e 10.259/2001). Lei da interceptação telefônica (Lei nº 9.296/96). Lei do crime organizado (Lei nº 9.034/95).
26. Proteção a testemunhas (Lei nº 9.807/99). Crimes contra as pessoas portadoras de deficiência (Lei nº 7.853/99).

#### IV – DIREITO CIVIL

1. Lei de Introdução ao Código Civil.
  - 1.1. Lei, analogia, costumes, jurisprudência, princípios gerais de direito, equidade e moral.
  - 1.2. Lei. Classificação e hierarquia. Eficácia no tempo: vigência, revogação, repristinação e retroatividade. Conflito das normas jurídicas no tempo.

- 1.3. Lei. Eficácia no espaço: territorialidade e extraterritorialidade; noções gerais de Direito Internacional Privado; conflito das normas jurídicas no espaço.
- 1.4. Ato jurídico perfeito, direito adquirido e coisa julgada.
- 1.5. Hermenêutica, interpretação e aplicação do Direito.
2. Parte geral.
  - 2.1. Das pessoas naturais. Das pessoas jurídicas. Do domicílio.
  - 2.2. Dos bens. Das diferentes classes de bens.
  - 2.3. Dos fatos jurídicos. Do negócio jurídico. Dos atos jurídicos lícitos. Dos atos ilícitos. Da prescrição e da decadência. Da prova.
3. Direito das Obrigações.
  - 3.1. Das Modalidades das Obrigações.
  - 3.2. Da Transmissão das Obrigações.
  - 3.3. Do Adimplemento e Extinção das Obrigações.
  - 3.4. Do Inadimplemento das Obrigações.
  - 3.5. Dos Contratos em Geral.
  - 3.6. Das várias espécies de contrato.
  - 3.7. Dos Atos Unilaterais.
  - 3.8. Da Responsabilidade civil.
  - 3.9. Das Preferências e Privilégios Creditórios.
4. Direito das Coisas.
  - 4.1. Da posse. Dos direitos reais. Da propriedade. Da superfície. Das servidões. Do usufruto. Do uso. Da habitação. Do direito do promitente comprador. Do penhor, da hipoteca e da anticrese.
5. Direito de Família.  
Do Direito Pessoal.
  - 5.1. Do casamento. Das relações de parentesco.
  - 5.2. Do Direito Patrimonial.
  - 5.3. Do regime de bens entre os cônjuges. Do usufruto e da administração dos bens de filhos menores. Dos alimentos. Do bem de família.
  - 5.4. Da união estável.
  - 5.5. Da tutela e da curatela.
6. Direito das Sucessões.
  - 6.1. Da sucessão em geral. Da sucessão legítima.
  - 6.2. Da sucessão testamentária.
  - 6.3. Do inventário e da partilha.
7. Das Disposições Finais e Transitórias.
8. Divórcio e separação judicial: Lei nº 6.515, de 26.12.1977.
9. Registros públicos: Lei nº 6.015, de 31.12.1973.
10. Parcelamento do solo urbano: Leis nº 6.766, de 19.12.1979, e nº 9.785, de 29.1.1999.
11. Investigação de Paternidade: Lei nº 8.560, de 29.12.1992.
12. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei nº 8.069, de 13.7.1990.
13. Estatuto da Cidade: Lei nº 10.257, de 10.7.2001.

## V – DIREITO ADMINISTRATIVO

1. O Direito Administrativo e o Regime Jurídico-Administrativo.
2. Princípios Constitucionais do Direito Administrativo Brasileiro.
3. A Organização Administrativa.
4. Figuras da Administração Indireta e Entidades Paralelas.
5. Agentes e Servidores Públicos. Regimes jurídicos
6. O Regulamento no Direito Brasileiro.

7. Atos Administrativos.
8. O Procedimento (ou processo) Administrativo.
9. Licitação.
10. O Contrato Administrativo.
11. Serviço Público e Intervenção no Domínio Econômico.
12. Poder de Polícia.
13. Desapropriação.
14. Gestão dos Bens Públicos.
15. Controle da Administração Pública.
16. Discricionariedade Administrativa e Controle Judicial.
17. Responsabilidade Patrimonial Extracontratual do Estado por Comportamentos Administrativos.
18. A Prescrição e Decadência no Direito Administrativo. Prerrogativas processuais da administração em juízo.
19. Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92).
20. Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000).
21. Fundações Públicas. Modalidades e Regime Jurídico.
22. Agências Reguladoras.
23. Parcerias público-privadas.

## VI – LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

1. Evolução histórica do Ministério Público. O Ministério Público na Constituição de 1988: Conceito, princípios, autonomias, vedações, organização básica e atribuições.
2. Os membros do Ministério Público como agentes públicos: carreira, deveres, direitos, impedimentos, prerrogativas e garantias.
3. Regime disciplinar.
4. Lei nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público).
5. Lei Complementar nº 75/93 (Lei Orgânica do Ministério Público da União).
6. Lei Complementar 72, de 18 de janeiro de 1994 (Lei Orgânica do Ministério Público de Mato Grosso do Sul).
7. Conselho Nacional do Ministério Público: natureza jurídica, composição, órgãos, atribuições e relação com as Instituições controladas.
8. Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul. Do Ministério Público.

## VII – DIREITO DE EMPRESA

1. Do Empresário.
2. Da Sociedade.
3. Da Sociedade Não Personificada.
4. Da Sociedade Personificada.
5. Lei de Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404, de 15.12.1976).
6. Do Estabelecimento.
7. Dos Institutos Complementares.
8. Títulos de Crédito.
9. Lei de Falências e de Recuperação de Empresas (Lei nº 11.101, de 9.2.2005).

## VIII – DIREITO TRIBUTÁRIO

1. Sistema constitucional tributário. Princípios constitucionais tributários. Limitações ao poder de tributar. Competência tributária. Repartição das receitas tributárias.
2. Fontes de Direito Tributário. Legislação tributária. Vigência e aplicação. Interpretação e integração.
3. Obrigação tributária. Hipótese de incidência e fato gerador. Sujeito ativo e sujeito passivo. Base de cálculo e alíquota. Responsabilidade tributária e obrigação acessória.
4. Crédito tributário. Lançamento. Modalidades. Suspensão, extinção, exclusão, garantias e privilégios do crédito tributário.
5. Tributos. Conceito e classificação. Impostos, taxas e contribuição de melhoria. Empréstimos compulsórios. Contribuições parafiscais.
6. Tributos federais, estaduais e municipais. Noções gerais e natureza. Fato gerador e sujeitos. Base de cálculo e alíquota. Lançamento.
7. Imunidade tributária, isenção, não-incidência, alíquota zero e anistia.
8. Prescrição e decadência.
9. Fiscalização tributária. Ilícitos. Evasão, Elisão, sonegação e fraude. Sanções no âmbito do Direito Penal.
10. Matéria tributária em juízo. Mandado de segurança e ação civil pública.
11. Substituição tributária. Conceito. Natureza jurídica.
12. Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101, de 4.5.2000).

## IX – DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. Processo Penal. Princípios Gerais. Fontes. Princípios e Normas das Convenções e Tratados de Direito Internacional Relativas ao Processo Penal. Relações Jurisdicionais com Autoridade Estrangeira.
2. Lei Processual Penal. Eficácia. Aplicação. Imunidades. Interpretação.
3. Inquérito Policial. Procedimento. Garantias do Investigado. Atribuições da Autoridade Policial. Intervenção do Ministério Público. Outros Meios de Colheita de Índícios da Infração.
4. Ação Penal.
5. Jurisdição. Competência. Conexão e Continência. Prevenção. Questões e Procedimentos Incidentes. Juizados Especiais Criminais. Competência Originária dos Tribunais.
6. Provas. Classificação. Prova Testemunhal. Documental. Material. Ônus. Ilícitas. Presunções. Índícios. Valoração. Lei nº 9.296/96.
7. Sujeitos Processuais. Juiz. Ministério Público. Acusado. Defensor. Assistentes. Peritos e Intérpretes. Serventuários da Justiça. Impedimentos e Suspeições.
8. Medidas Acautelatórias. Medidas Incidentais. Natureza, Finalidades. Funções. Garantias do Acusado.
9. Prisão. Flagrante. Temporária. Preventiva. Decorrente de Sentença. Liberdade Provisória. Princípio da Necessidade.
10. Atos Processuais. Citação e demais Atos de Comunicação Processual. Prazos. Revelia e ausência: diferenciação e conseqüências jurídicas. Suspensão condicional do processo.
11. Sentença. Noções Fundamentais.
12. Processo Comum. Processo Sumário. Rito Processual. Suspensão e Transação no Processo Penal. Disciplina Legal.
13. Nulidades. Rol Legal. Súmulas dos Tribunais Superiores.
14. Recursos. Disposições Gerais. Apelação. Recurso em Sentido Estrito. Protesto por Novo Júri. Embargos Infringentes e de Nulidade.
15. Carta Testemunhável. Recurso Especial e Extraordinário. Agravo em Execução Penal.

Ação de Revisão Criminal.

16. Habeas Corpus. Competência. Natureza Jurídica. Cabimento. Requisitos. Legitimidade. Objeto. Procedimento. Mandado de Segurança em Matéria Penal.

17. Execução Penal.

18. Crimes de Falência (Lei nº 11.101/2005). Crimes de Responsabilidade dos Funcionários Públicos. Crimes Contra a Honra.

19. Crimes Praticados por meio de Imprensa (Lei nº 5.250/67). Crimes de Lavagem de Dinheiro (Lei nº 11.101/2005). Crimes de Abuso de Autoridade (Lei nº 4.898/65). Crimes contra a Propriedade Imaterial (modificações advindas da Lei nº 10.695/2003).

20. Crimes de Competência do Tribunal do Júri. Crimes de Tráfico de Entorpecentes (Lei nº 11.343/2006).

21. Juizados Especiais Criminais (Leis nº 9.099/95 e nº 10.259/2001).

22. Do sigilo das operações de instituições financeiras ( Lei Complementar nº 105/2001).

## X – DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. Normas Processuais Cíveis. Interpretação da lei processual civil.

2. Princípios Informativos do Processo Civil.

3. Jurisdição, ação, exceção e processo.

4. Partes e Procuradores. Capacidade, deveres, responsabilidade, substituição, litisconsórcio, assistência e intervenção de terceiros.

5. Ministério Público.

6. Competência. Competência interna. Competência em razão do valor e da matéria. Competência funcional. Competência territorial. Modificações de competência. Declaração de incompetência.

7. Juiz. Poderes, deveres e responsabilidade do juiz. Impedimentos e suspeição.

8. Atos Processuais. Forma. Tempo e lugar. Prazos. Comunicações dos atos. Nulidades. Distribuição e registro. Valor da Causa.

9. Formação, suspensão e extinção do processo.

10. Processo e Procedimento. Disposições Gerais. Efeitos antecipatórios da tutela.

11. Procedimento ordinário. Petição inicial. Resposta do réu. Revelia. Providências Preliminares. Julgamento conforme o estado do processo. Provas. Audiência. Sentença e Coisa Julgada. Liquidação de sentença. Cumprimento da sentença.

12. Procedimento Sumário.

13. Do processo nos Tribunais. Declaração de inconstitucionalidade. Ação Rescisória.

14. Recursos.

15. Processo de Execução. Execução em Geral. Diversas espécies de execução.

Embargos do Devedor. Execução por quantia certa contra devedor insolvente. Remição. Suspensão e extinção do processo de execução.

16. Processo Cautelar. Medidas Cautelares.

17. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa.

18. Procedimentos especiais de jurisdição voluntária.

19. Alimentos (Lei nº 5.478/68).

20. Divórcio e Separação (Lei nº 6.515/77).

21. Ação civil de ressarcimento do dano decorrente de sentença penal condenatória (“Ex Delicto”).

22. Ação de Investigação de Paternidade.

23. Restaurações, retificações e suprimentos dos registros públicos.

24. Ação Popular.

25. Mandado de Segurança.

26. Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92).
27. Juizados Especiais Cíveis (Lei nº 9.099/95).

## XI – INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS

a) Interesses Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos: Principais categorias e legislação respectiva.

1. Do Inquérito Civil e da Ação Civil Pública: Lei nº 7.347/85 e legislação correlata.
2. Direito Ambiental: Tutela constitucional e princípios fundamentais; Leis nos 4.771/65 (Código Florestal); 6.938/81 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente); 9.433/97 (Lei dos Recursos Hídricos); 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais).
3. Direito Urbanístico: Leis nos 6.766/79 e 9.785/99 (parcelamento do solo urbano); 10.257/2001 (Estatuto da Cidade); 6.803/80 (Zoneamento industrial).
4. Direito do Consumidor: Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
5. Proteção ao patrimônio público e social: Lei 8.429/92 (atos de improbidade administrativa).
6. Direito da Infância e da Juventude: Lei nº 8.069, de 13.7.1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).
7. Direito das pessoas portadoras de deficiência.
  - 7.1. Configuração Constitucional e Infraconstitucional: Legislação federal: Constituição Federal; Lei nº 7.853/89; Decreto nº 3.298/99; Leis nos 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 8.213/91, artigos 89 a 93; 8.742/93 (Lei Orgânica da Assistência Social); 10.098/2000; 10.216/2001; 10.708/2003; 10.048/2000.
  - 7.2. Inquérito Civil e Ação Civil Pública.
  - 7.3. A proteção dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência no Código Civil, Código Penal e Código Eleitoral.
8. Direito dos idosos.
  - 8.1. A proteção dos direitos dos idosos na Constituição Federal, na Lei nº 8.842/94, no Decreto nº 1.948/96 e nas Leis nºs 8.742/93 e 10.741/2003 (Estatuto do Idoso)